



CELSE MING

Engessamento.

A política econômica do governo Dilma, que pretendia graus cada vez maiores de flexibilização, apresenta agora vários pontos novos de rigidez e de estrangulamento.

A meta de juros reais (descontada a inflação), de 2,0% ao ano, já foi atingida. A inflação aponta para acima de 5,5% ao ano e a Selic (a taxa básica de juros) está em 7,5% ao ano. Daqui para frente não terão espaço para cair. É o que reconhece pelo próprio Banco Central quando passa o recado de que eventuais novos cortes só virão com a "máxima parcimônia". Não há mais estímulos monetários para a atividade econômica, como quer o governo.

Este ano começou com uma meta de crescimento econômico de 5% – número tomado para elaboração do Orçamento deste ano. Depois, o governo admitiu avanço do PIB de somente 4%. Em seguida, essas metas foram sendo revistas: primeiramente, para 3%; depois, para acima de 2,7% (o crescimento do PIB de 2011); e, agora, para 1,6%. Ainda assim, o ministro Guido Mantega sustenta que, neste último trimestre, o setor produtivo deslançará a "velocidade de cruzeiro", de 4% ao ano. Não é o que está pintando. Em todo o caso, o mercado ainda crê que, em 2013, verá aumento de 4% no PIB, como consta na última edição da pesquisa Focus, do Banco Central.

Na política fiscal, ou seja, na administração de receitas e despesas do setor público, a decisão era obter sobra para pagamento da dívida pública (superávit primário), de 139,8 bilhões de reais ou 3,1% do PIB. O Banco Central já disse que o governo desistiu dessa meta nominal, mas que ainda conta com o cumprimento dos tais 3,1% do PIB (que crescerá 1,6%, não mais os 4,5%). Mas, pelas últimas manifestações do secretário executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, já se vê que o governo Dilma está roendo também essa corda.

Outra meta é a da trajetória do dólar. O governo rejeitou a flutuação. Instituiu um câmbio administrado, cujo objetivo (informal) é manter o dólar em torno de 2 reais. Em um ambiente de inflação relativamente alta de 5,5% a 6% ao ano, um câmbio quase fixo tende a se valorizar. Nos velhos tempos de superinflação, vigorava o regime do crawling peg, em que a cotação do dólar era submetida a um indexador (correção) pela inflação passada. Agora, não existe esse reajuste, nem mesmo informalmente.

Há a meta de inflação. Ninguém mais acredita em que o Banco Central esteja comprometido com o centro da meta, de 4,5% ao ano. Por instrução do governo, vai tolerando mais inflação. Aparentemente, o limite é o teto da meta, de 6,5%.

Paradoxalmente, as flexibilizações a que está sendo submetida a política econômica conduzem a execução dessas políticas a certo nível de engessamento. Os juros básicos – como dito – não têm mais como cair. A expansão econômica esbarra também no baixo nível do investimento. A arrecadação insuficiente e as despesas públicas crescentes destroem as bases do superávit primário e, portanto, da política fiscal. Se for para garantir avanço de 4% ao ano, o investimento teria de ser de 22% a 23% do PIB, não os atuais 18%. O câmbio a 2 reais enfrenta não só uma inflação mais alta, mas também a decisão dos grandes bancos centrais de despejar mais dinheiro na economia global. E a meta expandida de inflação, por sua vez, está vulnerável a quaisquer novos choques de oferta, como está sendo comprovado pela alta dos alimentos causada pela seca no Centro-Oeste dos Estados Unidos.

Publicação simultânea com o jornal O Estado de S. Paulo
celso.ming@grupestado.com.br



DORA KRAMER

Na boca da urna.

Entramos na chamada reta final. Da eleição municipal e da definição sobre o destino dos réus do processo judicial resultante do escândalo do mensalão.

São duas as perguntas recorrentes: o julgamento terá influência no resultado eleitoral? Esse resultado poderá ser visto como uma espécie de ensaio geral para a eleição presidencial e parlamentar de 2014?

Responda-se como quiser, pois as chances de erro e de acerto são as mesmas quando se faz um mero exercício de futurologia difícil de ser comprovado de modo a não deixar margem a dúvidas.

De um lado, não há como um assunto que está todos os dias no Jornal Nacional não influir de alguma maneira.

De outro, o PT já entrou mal nas disputas nas capitais e até apresentou melhoras de desempenho em algumas delas, como em Salvador.

Portanto, por mais difícil que seja fazer essa medição em princípio, é possível dizer que o peso do julgamento no resultado das urnas é relativo.

Já a influência de 2012 em 2014 é mais fácil de analisar. Claro que todo momento eleitoral é aproveitado pelos políticos para testar e renovar suas relações com o público.

Muitos parlamentares lançam candidaturas a prefeito justamente no intuito de se colocarem em circulação na entressafra. Do mesmo modo, é hora de os pretendentes à presidência começarem a se movimentar País afora.

Lula lançou a então ministra Dilma Rousseff como "mãe do PAC" em fevereiro de 2008 e fez da suposição de que seria a escolhida para disputar a sucessão dele em 2010 um assunto daquela eleição municipal.

Agora, quando o lulismo começa a dar sinais de esgotamento, o senador Aécio Neves comparece a microfones e palanques assim como o governador Eduardo Campos mostra suas credenciais.

Mas, quem se lembra de quantas prefeituras o PT ganhou em 2008? Qual foi a importância dessa contabilidade no pleito de 2010? Pois é.

A vitória foi desenhada ao longo do ano eleitoral propriamente dito. Até porque o oponente José Serra começou na frente, com mais de 40% das intenções de voto. O que isso teve a ver com o desempenho do PSDB na municipal de dois anos antes? Nada.

Ademais, há os fatos novos. Em 2010 foi a candidatura de Marina Silva com seus 20 milhões de votos. Não serão as urnas de 2012 que nos responderão se em 2014 haverá algum.

A afiliação preenche conversas, mas não necessariamente produz clareza absoluta.

Se a ideia é medir influências, há questões mais importantes em jogo que saber se o mensalão vai dificultar a vida do PT ou se a lista de perde-ganha de agora vai repercutir em 2014.

Essencial é perceber e daí se aprofundar na discussão sobre a influência que as decisões do Supremo terão sobre a mudança das práticas arcaicas na política.

Se as punições cumprirão finalmente a função pedagógica na qual está empenhado o tribunal que ora consolida a independência do Judiciário.

Mais: evidencia o quanto se deforma a República quando o Legislativo se subordina ao poder de cooptação do Executivo.

Inconstitucional

Na primeira parte da sabatina do ministro Teori Zavascki no Senado passou praticamente despercebida a resposta do indicado ao STF sobre a possibilidade de haver recursos a cortes internacionais para contestar as sentenças da ação 470. Ele disse o seguinte: "Acho que é contra a nossa Constituição e contra a jurisprudência do Supremo".

Vida útil

Será comparação. Apenas a título de contribuição ao conceito de velho e novo na política: se Nelson Mandela, 94 anos, tivesse se aposentado aos 70 anos não teria liderado o processo do fim do regime segregacionista do apartheid, não teria recebido o prêmio Nobel da Paz nem teria sido presidente da África do Sul, de 1994 a 1999. Mandela retirou-se da vida pública aos 85 anos.

Publicação simultânea com o jornal O Estado de S. Paulo

Manifestações de exclusiva
responsabilidade dos colunistas.



CLÉSIO BOEIRA

Marina reforça apoio a Villa.

Em Porto Alegre, disse que conhece a trajetória do candidato do PT.

Depois de participar de caminhada da Frente Popular, do candidato a prefeito Adão Villaverde (PT), no Centro de Porto Alegre, a ex-ministra Marina Silva afirmou, em entrevista, que apoia pessoas comprometidas com a questão da sustentabilidade. "Não apoio partidos, mas pessoas nas quais acredito. Não posso apoiar a Manuela, cujo partido vai contra os ideias ambientais que defendo, o que se expressou na questão do Código Florestal e na liberação dos transgênicos", disse Marina, referindo-se ao relator do projeto, deputado federal Aldo Rebelo, do PCdoB, que, segundo ela, foi responsável por retrocessos na questão ambiental brasileira. E emendou: "Conheço o Villa e sua trajetória. Se fosse apenas discurso, eu não estaria ao lado dele. Villa está comprometido com a agenda da sustentabilidade". Antes da caminhada, os dois almoçaram no restaurante natural Prato Verde, cercados por militantes.

Esforço comunista

Pensando em garantir o segundo turno, a candidata Manuela D'Ávila (PCdoB) espera mobilização popular, hoje, a partir das 18h, no Largo Glênio Peres. Ela vai discursar ao lado do presidente nacional comunista, Renato Rabelo, e do ministro do Esporte, Aldo Rebelo. Lideranças locais dos partidos aliados e transfugas do PP tentam encorpar o esforço.

Sem marcha devido ao tempo...

O prefeito e candidato à reeleição José Fortunati (PDT) assinalou ontem o Dia Internacional do Idoso, destacando as conquistas da Terceira Idade em Porto Alegre e mostrando os projetos para o próximo governo, caso saia vitorioso. A chuva impossibilitou a Marcha que percorreria as ruas do centro, mas o pedetista registrou a data em seu blog pessoal (www.fortunati.com).

...homenagem aos idosos

Preocupada com os 216 mil idosos existentes em Porto Alegre, o governo municipal implantou a Coordenadoria Municipal do Idoso, o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal do Idoso, este em moldes semelhantes ao FUNCRIAN-ÇA. Com essa estrutura, a prefeitura atende hoje, por meio da Fasc, mais de 1,6 mil idosos nos grupos de convivência.

Cinco maiores

Caso se confirmem as pesquisas eleitorais, a base do governo Tarso Genro levará vantagem entre as cinco maiores cidades do Rio Grande do Sul. Além de Porto Alegre, cujos três principais candidatos são governistas, deve vencer em Canoas (PT) e Caxias do Sul (PDT). Em Pelotas, a disputa é acirrada entre PT e PSDB. Santa Maria deve continuar com o PMDB.

Mais energia

O governo Tarso Genro e a empresa Alstom assinaram, ontem, protocolo de intenções para a instalação no Rio Grande do Sul de sua primeira fábrica de torres para aerogeradores da América Latina. A multinacional francesa iniciará a produção em Canoas, ao lado da planta do setor Grid da Alstom, presente na cidade há 50 anos, como parte dos negócios da área de transmissão de energia.

www.clesio.net
jornalismo@clesio.net